Revista Geoconexões online

DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA: RESGATE DA PRODUÇÃO DO ARQUITETO RENATO AZEVEDO EM CAMPINA GRANDE – PB

LIMA, Ingrid Mikaella de Oliveira[1]

Recebido (Received): 04/09/2022 Aceito (Accepted): 27/11/2022

Como citar este artigo: LIMA, I.M.O. Documentação e memória: resgate da produção do arquiteto Renato Azevedo em Campina Grande-PB. **Geoconexões online**, v.2, n.3,Edição Especial p. 15-35, 2022 (Dossiê: Métodos e Técnicas de Pesquisas Qualitativas)

RESUMO:

O artigo tem como tema a documentação da produção arquitetônica do arquiteto paraibano Renato Azevedo (1968-1997) em Campina Grande, Paraíba, tomando como estudo de caso dois projetos que compõem o acervo arquitetônico moderno na cidade. As obras analisadas serão o Museu de Arte Assis Chateaubriand (1974) e o Centro Cultural Lourdes Ramalho (1982). Enquanto pesquisa qualitativa, o artigo visa compartilhar os resultados da pesquisa em andamento sobre o atual estado da arte dessas obras observando os dados biográficos do arquiteto e as soluções projetuais e construtivas empregadas na produção dos exemplares localizados nas imediações do centro da cidade. Como metodologia, adotaram-se duas linhas: a primeira, proposta por SERRA (2006), diz respeito à caracterização dos processos e dos sistemas na elaboração de pesquisas científicas em Arquitetura e Urbanismo; já a segunda linha compreende métodos de análise das dimensões e elaboração dos estudos das propostas projetuais relacionadas às obras conforme AFONSO (2019). No texto, evidenciaram-se os processos da documentação e a importância do debate acerca do regaste documental arquitetônico moderno frente à descaracterização do acervo moderno regional. Diante disso, cabe refletir sobre o discurso da preservação patrimonial, ou seja, preservamos o que é antigo, mas e o novo? Onde se encaixa a arquitetura moderna nordestina? Não podemos "congelar" as cidades, de modo que se faz urgente documentar essa produção para o apoio ao resgate da memória e a produção historiográfica das obras.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio arquitetônico, documentação, arquitetura moderna em Campina Grande.

DOCUMENTATION AND MEMORY: RESCUE OF THE PRODUCTION OF THE ARCHITECT RENATO AZEVEDO IN CAMPINA GRANDE – PB.

ABSTRACT:
The article has as its theme the documentation of the architectural production of the architect Renato Azevedo (1968-1997) in Campina Grande, Paraíba, taking as a case study two projects that are part of the modern architectural collection in the city. The works that will be analyzed are Assis Chateaubriand Art Museum (1974) and Lourdes Ramalho Cultural Center (1982). As qualitative research, this article's purpose is to share the results obtained from the research in progress concerning the state of these works' art by observing both the architect's biographical data and design and constructive solutions used in the production of these examples, which are located at the vicinity of the city center. As a methodology, two lines were adopted: the first one is based on SERRA (2006), who proposes processes and systems characterization when elaborating scientific research in Architecture and Urbanism; the second line comprises methods of analysis of dimensions and elaboration of studies of design proposals related to works according to AFONSO (2019). In this essay, the documentation processes and the importance of the debate towards modern architectural document rescue when facing mischaracterization of the regional modern collection were highlighted. Thus, it is necessary to reflect on the discourse of heritage preservation. We preserve what is old, but what about the new? Where does Northeastern modern architecture fit in? We cannot "freeze" cities. However, it is urgent to document this production to support the rescue of memory and the historiographical production of these works.

KEYWORDS: Architectural heritage, documentation, modern architecture in Campina Grande

[1] Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFCG), Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História (UFCG). E-mail: ingridoliveiramkl@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3717-8737

Introdução

O artigo tem como tema a documentação da produção arquitetônica campinense do arquiteto paraibano Renato Azevedo (1968-1997) e toma como estudo de caso o levantamento do material projetual coletado em arquivos públicos e privados. Enfatizaram-se dois projetos que fazem parte do acervo arquitetônico moderno na cidade de Campina Grande, localizada no agreste da Paraíba.

Assim, as obras a serem analisadas são o Museu de Arte Assis Chateaubriand (1974), atual SECULT/ Secretaria de Cultura de Campina Grande, uma referência na arquitetura moderna e brutalista; e o Centro Cultural Lourdes Ramalho (1982), um espaço de socialização com especificidades projetuais regionais.

O artigo objetiva compartilhar os atuais resultados da pesquisa, ainda em andamento, acerca do estado da arte das obras. Para isso, observaram-se os dados biográficos do arquiteto e as soluções projetuais e construtivas empregadas na produção desses exemplares, que estão localizados nas imediações do centro da cidade.

Justifica-se essa proposição pela importância do debate, no âmbito da pesquisa qualitativa, acerca da produção arquitetônica no interior nordestino, contribuindo para a documentação digital e para a conservação do acervo moderno regional por meio de pesquisa que sendo desenvolvida pela autora desde 2017 em nível de graduação e, hoje, de pós-graduação.

A preservação patrimonial vem conquistando mais espaço no âmbito acadêmico. Contudo, ainda se encontram dificuldades para a sua efetivação nos sítios. A documentação desses acervos se torna necessária diante da iminente transformação socioespacial, que pode ser promovida por interesse público ou privado.

Portanto, há de se questionar: por que preservar? Qual é a importância de trazer à memória social os edifícios da cidade? E, não menos importante, como começar?

É nesse cenário que a documentação se converte em um dos principais elementos para o processo de preservação patrimonial. Ela ocorre por meio da reunião de informações que se dão por meio de levantamentos arquitetônicos. Ferramentas como a reconstrução virtual possibilitam que edifícios e suas histórias sejam resgatados, documentados e analisados, expressando os atributos arquitetônicos e os valores projetuais, construtivos, espaciais e socioculturais.

O resgate arquitetônico e documental patrimônio arquitetônico

O texto se apoia em autores internacionais e nacionais cujo trabalho recai sobre patrimônio arquitetônico e documentação, assim como se baseia em pesquisadores regionais que analisam a arquitetura moderna em Campina Grande.

O patrimônio arquitetônico, segundo Andrade (2020, p.39), é entendido como um patrimônio edificado, ou seja, uma categoria do patrimônio cultural abrangendo edificações isoladas, conjuntos arquitetônicos e sítios urbanos que dispõem de valores culturais. Quanto ao patrimônio histórico, Françoise Choay (2006) trata como algo designado ao usufruto de uma grande comunidade. A preservação é uma maneira de salvaguardar tal patrimônio.

O decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, diz:

> Constitui (...) o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL. Decreto-lei 25, 1937, p.1)

Já o Comitê da Carta de Cracóvia (2000) define como:

> O conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como patrimônio é, assim, um processo que implica a seleção de valores. (Carta de Cracóvia, 2000, p.5)

Documentação

A documentação é um fator de extrema importância na produção histórica da cidade. Paul Ricoeur, em “A memória, a história, o esquecimento” (2007), trata princípios como fases de uma operação, que vão do regaste da memória à validação das provas documentais.

A operação historiográfica compreende uma fase documental: a memória arquivada. Esta se apresenta como um percurso de várias etapas, possui uma análise discreta, não necessariamente se dividindo cronologicamente, e obtém dois momentos relevantes: a memória apreendida em seu estágio declarativo e a prova documental (Ricoeur, 2007, p.155).

A memória declarativa ao passado se exterioriza no testemunho. O momento da inscrição do testemunho recebido de outrem é aquele no qual as coisas ditas oscilam entre a oralidade e a escrita, que a história futura não mais deixará, e o nascimento do arquivo coletado, conservado e consultado.

O processo de resgate da documentação pode levar à busca de testemunhos de pessoas diretamente envolvidas com o objeto de estudo. Sendo assim, a segurança da legitimidade do testemunho é um ponto crucial para a prova documental.

> Tudo tem início não nos arquivos, mas com o testemunho, e que, apesar da carência da principal confiabilidade do testemunho, não temos nada melhor que o testemunho, em última análise, para assegurar-nos de que algo aconteceu, a que alguém atesta ter assistido pessoalmente, e que o principal, se não às vezes o único recurso, além de outros tipos de documentação, continua a ser o confronto entre testemunhos**.** (Ricoeur, 2007, p.156)

A validação do testemunho pode ser conflitante e manipulável. Contudo, em caso de confronto entre testemunhos de diferentes perspectivas sobre um mesmo cenário, cria-se uma oportunidade para a investigação por meio da análise historiográfica e da formulação de hipóteses. A somatória dos documentos e das análises do contexto podem servir de base para questionar a argumentação do testemunho.

O edifício como fonte documental é um importante meio para o estudo em diversas aplicações, tanto arquitetônicas quanto urbanísticas, entendendo que ele está inserido em um lugar e apresenta determinadas implicações.

> Todo lugar é algo complexo, composto por topografia, geometria, cultura, história, clima etc. Porém, por mais força que possua um lugar, o projeto não será nunca determinado por ele. Assim como não há relação direta entre programa e forma, as relações entre lugar e forma também dependem da interpretação do sujeito que projeta. (MAHFUZ, 2004, p.4)

Segundo Ricoeur, o edifício constrói, dentro do espaço urbano, uma narrativa em um meio de intertextualidade. Na escala do urbanismo, é possível perceber o trabalho do tempo no espaço. Uma cidade comporta, em uma mesma área, momentos distintos da sociedade e oferece ao olhar uma história sedimentada de seus respectivos gostos e formas culturais. Além disso, a escala urbana é reflexo da construção e da transformação da sociedade. O seu período histórico remonta a políticas públicas, economia, situação geográfica, entre outros condicionantes.

Arquitetura moderna

A arquitetura moderna surgiu como resposta à necessidade de reconstrução de cidades no pós-guerra europeu. A demanda gerou uma racionalidade projetual, construtiva, onde se adotaram tramas ordenadoras, módulos estruturais e espaciais, atenção à estrutura

e ao detalhe, abstração formal e busca por espaços permeáveis e transparentes (PIÑÓN, 1997).

No Brasil, a linguagem moderna passou a ser discutida e implementada anos após a Semana de Arte Moderna em 1922, realizada em São Paulo. Le Corbusier foi o modelo da arquitetura moderna brasileira, influenciando membros das chamadas Escola Carioca, Escola Paulista e, no Nordeste, Escola do Recife, entre outras.

Conforme apresenta MONTANER (2002), a arquitetura moderna apoiou-se em princípios projetuais como: ênfase ao detalhe técnico, modulação, relação entre funcionalidade e racionalização, abstração do volume e criação a partir de protótipos. Trata-se de uma arquitetura caracterizada pela união de elementos simples e pela complexidade de sua construção, sendo composta por um sistema que forma o todo.

Um dos pontos importantes sobre o patrimônio é o estado da arte. A carta de Veneza (1964) aborda a conservação e a restauração dos monumentos que visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico, evocando, assim, a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda desse patrimônio.

Em síntese, a modernidade surgiu em meados do século XX como uma linguagem que abrange princípios projetuais adequados à linha de racionalização tecno-construtiva, modulação, janelas contínuas, uso de pilotis, pátios/teto-jardim, materialidade etc. (SEGAWA, 2002).

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa sobre a documentação da produção arquitetônica de Renato Azevedo e sua contribuição se deram por meio de duas linhas teóricas.

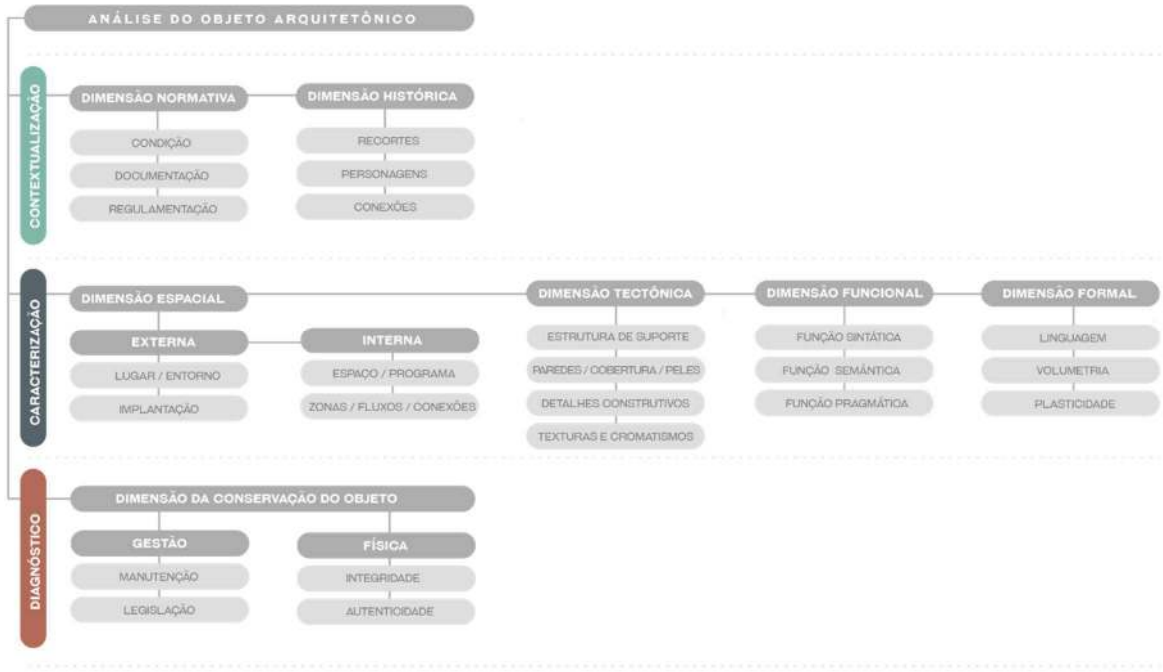
A primeira linha voltou-se para um trabalho teórico de pesquisa arquitetônica a partir de fontes primárias e secundárias, baseando-se, principalmente, no que propõe SERRA (2006) quando caracteriza processos e sistemas na elaboração de pesquisas científicas em Arquitetura e Urbanismo.

Segundo SERRA (2006), entende-se, por processos, o objeto como um sistema composto por um conjunto, considerando o diálogo entre a edificação e seus componentes – tanto aqueles sob o contexto de sua época quanto os adquiridos ao longo do tempo.

Sobre a fonte primária, investiga-se o edifício construído a partir das pranchas do projeto original, de visita técnica e de entrevistas a personagens do recorte temporal pesquisado. Quanto às fontes secundárias, utilizam-se publicações em jornais de época.

A segunda linha compreende métodos de análise e elaboração dos estudos das propostas projetuais relacionadas às obras. Para realizar tais estudos, utiliza-se a metodologia de pesquisa exposta, sucintamente, na figura 1.

Figura 1 – Esquema metodológico da pesquisa



Fonte: (autora, 2022)

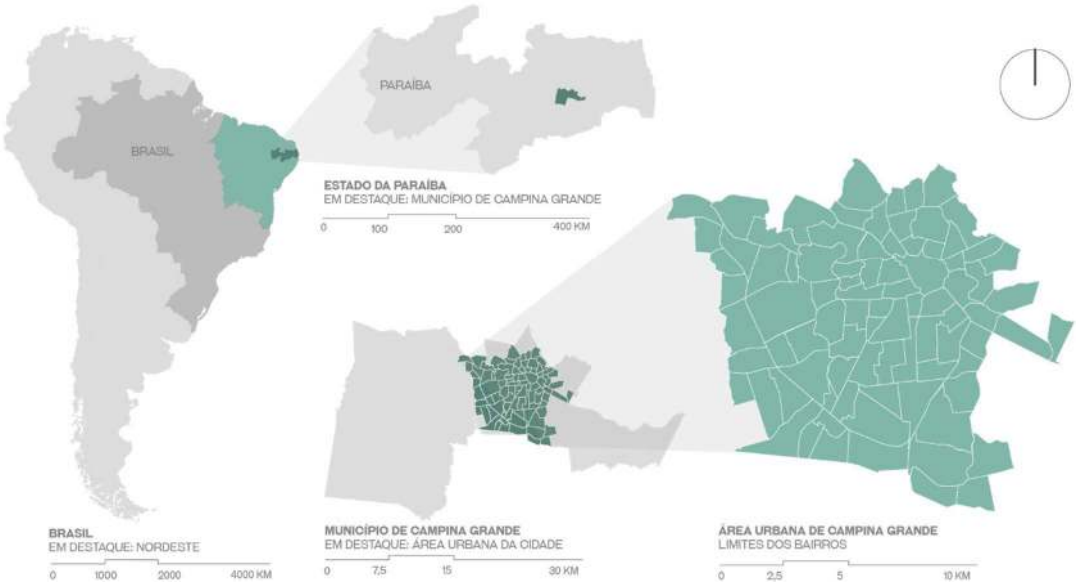
A metodologia desenvolvida por Afonso (2019) apoia-se em autores clássicos como Katinsky (2005), Serra (2006), Rovira e Gáston (2007), que analisam o objeto arquitetônico patrimonial dialogando sobre pautas investigativas que colaboraram na construção dessa análise das dimensões.

Recorte geográfico: Campina Grande – Paraíba

Localizada no nordeste brasileiro, Campina Grande pertence à região do Agreste Paraibano, no planalto da Borborema, a 550 metros acima do nível do mar, com o ponto de latitude 7º13’11’’ sul e de longitude 35º52’31’’ oeste (figura 2). Segundo o IBGE (2021), possui uma população de aproximadamente 413.830 habitantes e exerce grande influência sobre os

60 municípios do compartimento da Borborema, que engloba cinco microrregiões: Agreste da Borborema, Brejo Paraibano, Cariri, Seridó Paraibano e Curimataú.

Figura 2 – Escalas de macrolocalização de Campina Grande



Fonte: SEPLAN / PMCG (2006), adaptado (autora, 2022)

Conhecida popularmente como “Rainha da Borborema”, a cidade, desde sua fundação, foi palco para oportunidades econômicas. Geograficamente bem localizada entre as capitais, Campina Grande, no século XX, tornou-se uma das maiores exportadoras de algodão. A chegada das ferrovias contribuiu para o aquecimento da economia da cidade, que, tempos depois, passou pelo processo de industrialização e recebeu muitos investimentos, contribuindo para seu desenvolvimento.

A modernidade em Campina Grande

Na década de 1930, a modernidade campinense deu seus primeiros indícios. Segundo Queiroz (2006), nesse momento surgiram as primeiras construções residenciais protomodernas ou em linguagem Art Déco. A partir de 1950 houve um aumento considerável desse acervo, além de grandes investimentos econômicos em 1960.

Campina Grande destacou-se das demais cidades escolhidas para receber a aprovação de projetos da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), que tinha importantes funções para o desenvolvimento: atrair novas indústrias e ampliar as já existentes, além de implantar um novo parque industrial e toda uma infraestrutura para atender a suas demandas.

> Na década de 60, a cidade recebeu incentivos fiscais da SUDENE, que instalou, no local, onze novas indústrias e aprovou incentivos para a ampliação de dez e reformulação de cinco. Observou-se que a geração de emprego e renda oriunda da política de industrialização regional, atrelada à política municipal, dinamizou a economia da cidade, ocorrendo o surgimento de novos bairros, e a construção de uma arquitetura que adotou uma linguagem moderna, atraindo profissionais de mais distintas cidades do país, principalmente de Recife, Pernambuco, que construíram no local novas paisagens urbanas modernas. (AFONSO, 2017, p.9)

Na década de 1970, a cidade recebeu o Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI, que era destinado às cidades de médio porte objetivando o diagnóstico, o plano de diretrizes, o desenvolvimento e um plano de ação governamental na esfera municipal, enfatizando os aspectos físico-territoriais e institucionais (OLIVEIRA, 2005, p.11).

Os crescentes investimentos urbanos influenciaram e modernizaram o design urbano da cidade no traçado das vias, no estabelecimento de novos parques como apoio ao lazer e na mudança da arquitetura local, promovendo edifícios que tivessem o programa de necessidades voltados à cultura, como é o caso dos objetos de estudo do presente artigo.

Resgate documental do arquiteto Renato Azevedo

Dados biográficos

Uma pergunta a ser feita é: onde encontrar material para o resgate documental? Carla Pinsky (2005), em “Fontes Históricas”, apresenta, além dos possíveis locais com arquivos públicos, a importância da documentação e do processo de documentar.

A primeira fonte de pesquisa foi o Museu de Arte Assis Chateaubriand, atual sede da SECULT, uma edificação de arquitetura moderna e de linguagem brutalista que levou à pesquisa do autor desse projeto que se destaca na paisagem urbana.

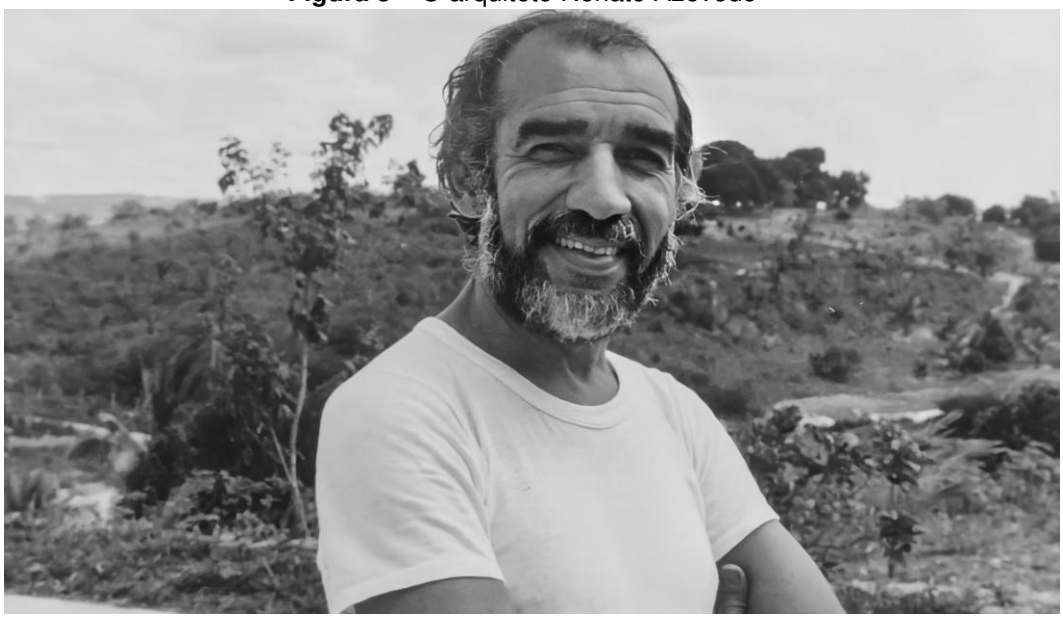
A consulta do material projetual foi realizada no arquivo da Secretaria de Planejamento, Gestão e Transporte (SEPLAN), que vem passando por um processo de catalogação a fim de organizar digitalmente o acervo de projetos e possibilitar consultas mais rápidas e eficientes, favorecendo o desenvolvimento de estudos sobre as obras.

Renato Aprígio Azevedo da Silva (figura 3) nasceu em 1943 na cidade de Campina Grande, Paraíba, e faleceu em decorrência de uma embolia pulmonar no ano de 1997, aos 54 anos, em Recife, sua última cidade de atuação. Graduado em 1968 em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ele foi instruído por arquitetos

precursores da modernidade recifense, como Acácio Gil Borsoi, Delfim Amorim, Heitor Maia Neto, entre outros.

Azevedo iniciou sua vida profissional na capital de Pernambuco e, pouco tempo depois, retornou a Campina Grande no início da década de 1970, assumindo a direção da Companhia de Pró-Desenvolvimento de Campina Grande (COMDECA), fundada em 1972, deixou de ser uma entidade governamental e passou a ser uma instituição público-privada, uma companhia de economia mista.

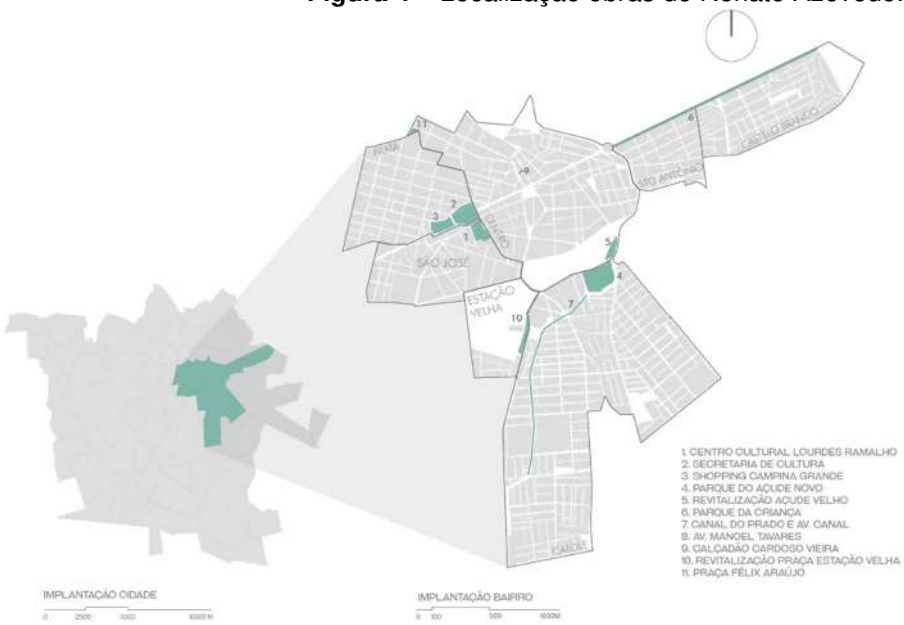
Figura 3 – O arquiteto Renato Azevedo



Fonte: Acervo pessoal da família de Renato Azevedo (2019)

Em Campina Grande, foi autor de diversos projetos arquitetônicos, tais como o Museu de Arte Assis Chateaubriand (atual sede da SECULT), a Escola de Dança do Parque do Povo (atualmente conhecida como Centro Cultural Lourdes Ramalho) e o Shopping Campina Grande (Largo do Açude Novo), bem como projetos urbanísticos como o canal do Prado, o Parque Evaldo Cruz, o Parque da Criança e as avenidas Canal e Manoel Tavares (figura 4).

Figura 4 – Localização obras de Renato Azevedo.



Fonte: autora (2022)

A Escola do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco, tem seu currículo de formação fincado na base da modernidade e influenciou fortemente os critérios projetuais das obras, conforme escreveu Afonso:

> Entre estes princípios, destacam-se: a estruturação e ordenação das plantas no que diz respeito ao controle da modulação, tramas ordenadoras e à resolução de programas; as possibilidades estruturais empregadas pelas mesmas; a atenção dada ao detalhe de escadas e rampas; as soluções climáticas adotadas em planta, na implantação e uso de blocos, no uso de pátios e terraços; as investigações climáticas que interferiram na volumetria, podendo-se aqui destacar pontos resultantes desta busca, que se converteram em constantes projetuais, tais como a elevação da casa do solo, os arremates em concreto envolvendo e protegendo as esquadrias externas; o uso de revestimentos cerâmicos nas fachadas, protegendo-as das intempéries; os fechamentos de paredes através de esquadrias detalhadas em madeiras vazadas, ou de elementos fixos, como brises, cobogós, buzinotes e parapeitos ventilados. (AFONSO, 2008, s/p)

Essa influência produziu uma gama de arquitetos e urbanistas modernos nortistas e nordestinos dedicados a inovar projetos arquitetônicos com soluções bioclimáticas, considerando a cultura local, como ocorreu com Azevedo ao regressar a Campina Grande após sua graduação (AFONSO e MENEZES, 2015).

A COMDECA, sob a administração do arquiteto, propunha, pelos gestores, um planejamento da cidade que dialogasse com a comunidade, objetivando o desenvolvimento

socioeconômico e participando do projeto Comunidade Urbana de Renovação Acelerada – CURA. Entretanto, no início da década de 1980, Renato Azevedo foi exonerado da função de coordenador, e a equipe que o acompanhava se demitiu – especulava-se que a exoneração havia sido causada em razão de divergências políticas.

Segundo entrevista concedida por Enivaldo Ribeiro em 2017, Renato Azevedo, enquanto responsável pela COMDECA, participou das etapas 1, 2 e 3 do programa CURA (figura 5), idealizando o projeto das avenidas Manoel Tavares, Floriano Peixoto, Dinamérica Alves Correia, Almirante Barroso e Vigário Calixto com os recursos do Banco Mundial. Porém, quando estes não comportaram mais o número de projetos, os demais planejamentos dessa época foram feitos pela ATECEL – Associação Técnico-Científica Ernesto Luiz de Oliveira Junior.

Figura 5 – Pranchas projetuais do projeto CURA



Fonte: SEPLAN, Foto Equipe: Carine Ayanne, Daniel Ferreira, Ingrid Oliveira, José Flávio (2017)

A investigação documental na SEPLAN resultou na coleta de dados de colaboradores que trabalharam com Azevedo, sendo esses: Arimatéia Ayres, Berta Maia, Carlos Ernesto, Eliane Mara Lima, João Paulo Neto, José Reinolds C. de Melo, Maria das Graças Nunes, Paulo Landim, Vilna Serpa, Severino Leite, Zulmira Albuquerque, Welbert Pimentel, Alberto Alves de Araújo, Carlos Almeida de Lima, Carlos Ernesto, Cristovão B. Costa, Francisco de Assis C. Freire, Humberto Campos, José S. Nery, Jessier Quirino, Joseberth Araújo Cavalcanti, Natã Morais, Paulo Cavalcanti Nóbrega, Paulo Tavares, Rosélio Bento, Williams R. de Oliveira, Wilson Camboim, entre outros.

Dois estudos de caso: MAAC e CCLR

Como dito anteriormente, os crescentes investimentos da SUDENE resultaram no desenvolvimento econômico e cultural da cidade. Assim, surgiram os projetos do Museu de Arte Assis Chateaubriand – MAAC, atual Secretaria de Cultura, e do Centro Cultural Lourdes Ramalho. Para o resgate documental de tais obras, trabalhou-se com fontes primárias, como levantamento fotográfico *in loco* e pranchas projetuais coletadas no arquivo municipal.

> Em história da arte e, principalmente, em arquitetura, são fontes primárias as próprias obras, os esboços e desenhos preparatórios, bem como os memoriais, mas também as apreciações dos contemporâneos, os depoimentos dos empreendedores, as observações dos usuários e até a escrituração comercial, e por fontes secundárias, temos considerado todos os textos de referência sobre o período estudado, como ensaios históricos e críticos. (KATINSKY, 2005, p. 46)

Como fontes secundárias, grande parte dos documentos foi coletada junto ao Grupo de Pesquisa Arquitetura e Lugar (GRUPAL) da Universidade Federal de Campina Grande, que tem realizado trabalho árduo no resgate da arquitetura moderna campinense. As visitas realizadas às obras contribuíram para a produção de uma documentação atualizada, que, por sua vez, apoiou a produção do acervo imagético, colaborando nos procedimentos de análise arquitetônica, nos diagnósticos e nos prognósticos das edificações.

Os materiais de projeto para a produção das imagens têm grande relevância em detrimento aos textos, como justificado pela coordenadora Dra. Teresa Rovira, da linha de pesquisa “a forma moderna”, do programa de doutorado em projetos arquitetônicos da ETSAB/UPC de Barcelona, ao alegar que tanto a forma como estão realizados os planos como o ponto de vista das imagens, por si sós, permitem explicar a obra.

Dessa maneira, o levantamento fotográfico do material projetual técnico, dos croquis e do próprio edifício comunica o momento socioeconômico e político da obra, bem como demonstra os critérios projetuais e a linha adotada ou de influência.

Museu de Arte Assis Chateaubriand – MAAC

A edificação está implantada no Parque Evaldo Cruz, situado próximo ao Centro Histórico de Campina Grande, que é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP, de acordo com o Dec. 25.139 de 29 de junho de 2004. Entretanto, a edificação não é preservada legalmente em nenhum nível. Segundo o Plano Diretor de Campina Grande, Lei Complementar nº 003, de 9 de outubro de 2006, a edificação está inserida na Zona de Qualificação Urbana, que se caracteriza por usos múltiplos e visa ordenar o adensamento construtivo, evitar a saturação do sistema viário e ampliar a disponibilidade de equipamentos públicos e de espaços verdes e de lazer.

O produtor cultural Walter Tavares relata que, no mandato do prefeito Luiz Motta Filho, Campina Grande foi incluída dentro de uma organização centralizada pela COMDECA. No plano, os programas e investimentos seriam destinados ao sistema viário, ao Centro Cívico, ao Pátio da Estação Velha, à Avenida Canal e ao Museu de Arte. Na primeira etapa de implantação do programa, propôs-se a urbanização da bacia do Açude Novo e das áreas de contorno com a construção de equipamentos, dentre os quais se destacava o Museu de Arte Assis Chateaubriand (figura 6).

O local onde o edifício foi implantado encontra-se no centro geográfico da área urbana da cidade, onde também está situado seu marco zero, o Parque Evaldo Cruz, conhecido popularmente como Açude Novo.

O edifício projetado por Azevedo com consultoria de Chico Pereira – professor, artista plástico e diretor do MAAC à época –, tinha como objetivo a realocação do acervo de Assis Chateaubriand, que havia sido recebido pela prefeitura de Campina Grande em 1967 e se encontrava em estado precário de arquivamento na antiga Cadeia Pública Municipal (PEREIRA Jr, 1974, p. 6).

Figura 6 – Museu de Artes Assis Chateaubriand – MAAC. Renato Azevedo



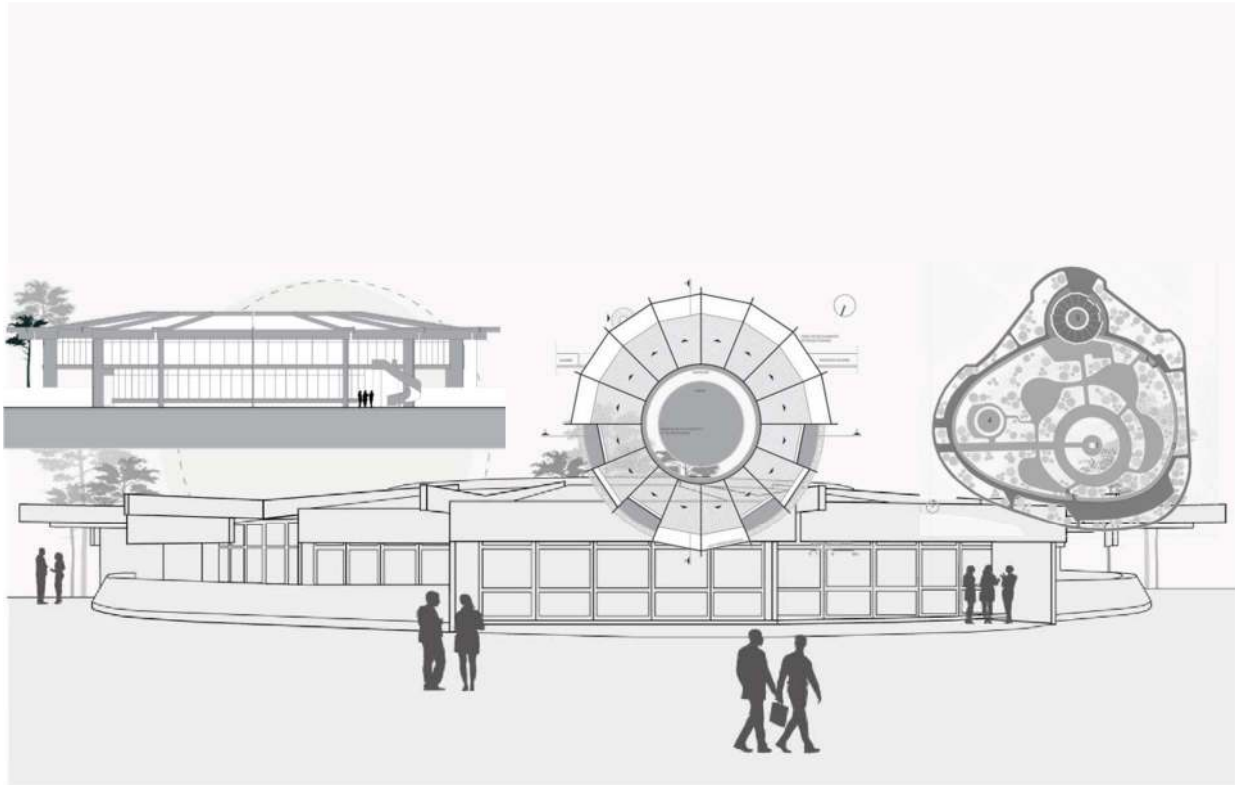
Fonte: autora (2022)

O edifício teve duas inaugurações: a primeira, em 1974, com a inserção do PDLI; a segunda, em 1976, por meio da Campanha Nacional dos Museus Regionais (CNMR), de 1965, idealizada pelo jornalista e empresário paraibano Assis Chateaubriand, fomentador da cultura na região nordestina. Embora o planejamento inicial de uso envolvesse abrigar o acervo, não se obteve êxito devido às soluções projetuais equivocadas. As grandes esquadrias de vidro permitiam entrada excessiva de luz, prejudicando a conservação das peças expostas. Sendo assim, o espaço foi reutilizado para abrigar a sede da Secretaria Municipal de Cultura/SECULT (figura 7).

Apesar de o edifício margear parcialmente a principal via da cidade, a Avenida Floriano Peixoto, facilitando o acesso, atualmente, tal implantação foi prejudicada devido à instalação do terminal de integração na parte frontal da edificação em 2008, impedindo a visibilidade da obra em relação ao acesso principal.

Pela planta modulada, a solução projetual possui características racionalistas; espaços transparentes dialogam com o pátio interno e com as demais dependências projetadas, demonstrando uma preocupação entre forma e função e configurando uma volumetria equilibrada e harmoniosa em razão das soluções estruturais que se materializam na obra.

Figura 7 – Desenhos técnicos do Museu de Artes Assis Chateaubriand – MAAC. Renato Azevedo.



Fonte: Redesenhos 2d (Maria Luiza Nicácio) / Reconstrução 3d (Emanuel Cardins) / Edição e ilustração (Vitória Catarine), 2020.

O pátio interno formado pela subtração dentro do volume funciona como um jardim que cria um microclima agradável, contribuindo nas soluções climáticas de aeração e de iluminação dos espaços, além de integrar visualmente todas as salas e permitir visibilidade direta para o obelisco simbólico do parque Evaldo Cruz.

O sistema construtivo de concreto armado presente em elementos como vigas, pilares e lajes contrasta com o tijolo aparente das paredes e com a pedra usada na base do edifício. Nas peles, utilizaram-se esquadrias com estrutura em madeira e folhas em vidro que agregam leveza à volumetria brutalista.

Já na solução empregada para a cobertura, projetou-se uma grande laje única que saca nas extremidades internas, criando sombra e protegendo espaços internos contra intempéries. Contudo, sua forma circular trouxe problemas devidos à quantidade de quedas de água, que causam infiltrações e outras patologias.

Considerado marco representativo da modernidade brutalista campinense, a obra apresenta a riqueza das soluções projetuais e construtivas com o uso de concreto e tijolos aparentes, que expressam sua essência pela valorização das superfícies e das junções através das texturas dos materiais.

Com a mudança do propósito de uso, os espaços sofreram adaptações, como setores administrativos, arquivos, um pequeno auditório, sala de funcionários e técnicos e baterias sanitárias – iniciando, assim, um processo de descaracterização com fechamentos inadequados de paredes e colocações de novas divisórias. Todavia, o projeto arquitetônico, por conta de sua planta racionalizada e modular, viabilizou essas mudanças de modo a não afetar expressivamente a estrutura espacial.

Centro Cultural Lourdes Ramalho

Inserida na quadra onde atualmente funciona o maior e principal pátio de eventos da cidade, essa edificação está próxima ao Centro Histórico de Campina Grande, tombado pelo IPHAEP, de acordo com o Dec. 25.139 de 29 de junho de 2004. Assim como o objeto de estudo apresentado anteriormente, a obra não está classificada a nenhum nível de tombamento ou preservação. Segundo o Plano Diretor de Campina Grande, Lei Complementar nº 003, de 9 de outubro de 2006, a edificação está inserida na Zona de Qualificação Urbana, sendo um equipamento público e de lazer.

O Centro Cultural Lourdes Ramalho (figura 8) é um espaço físico para socialização e para expressão artística e cultural. Trata-se de um importante equipamento para a cidade, pois proporciona aulas gratuitas de teatro, dança, música, fotografia, pintura e yoga, distribuídas no período matutino, vespertino e noturno.

O primeiro pavimento do edifício (térreo) constrói um diálogo visual contemplando a paisagem urbana. A forma da edificação é emoldurada pela estrutura de pilares e vigas de concreto, e a distribuição espacial linear corrobora uma perspectiva de performance predominantemente horizontal, que contrasta com os elementos verticais formados pelas caixas-d'água cilíndricas.

Figura 8 – Centro Cultural Lourdes Ramalho – CCLR. Renato Azevedo.

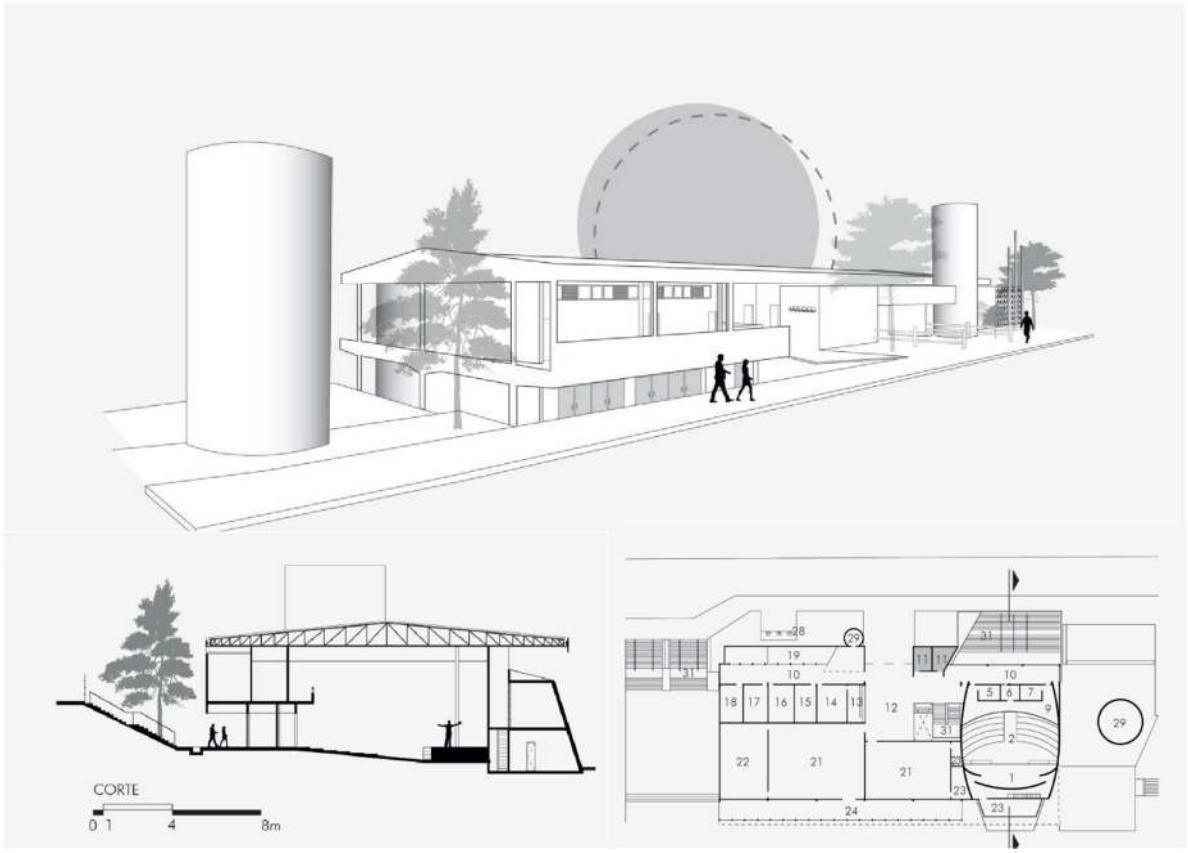


Fonte: autora (2022)

As escolhas projetuais resultaram em uma plástica na qual o volume do edifício apresenta-se leve diante de sua inserção, e a subtração volumétrica auferida pelos corredores abertos com o guarda-corpo em concreto e pelas barras de ferro ressaltam esse aspecto. Os princípios modernos materializam-se por meio da planta baixa setorizada com uma trama modular, e o zoneamento manifesta efetivamente a funcionalidade da edificação.

A volumetria vista de sua fachada principal mantém a escala do pedestre, dispondo de dois planos de destaque, sendo um painel e o outro em cobogós, dando privacidade para o corredor interno e compondo um jardim interno que cria um microclima. O sistema estrutural de concreto harmoniza com a edificação de modo a se sobrepor em relação aos planos de vedação e, assim, ficar visualmente bem definido, sendo um elemento compositivo nas fachadas, sobretudo nas laterais e na posterior (figura 9).

Figura 9 – Desenhos técnicos Centro Cultural Lourdes Ramalho – CCLR. Renato Azevedo.



Fonte: Redesenhos 2d (Maria Luiza Nicácio) / Reconstrução 3d (Emanuel Cardins) / Edição e ilustração (autora), 2020.

As técnicas projetuais apresentadas pelo arquiteto têm como fundamento os princípios da modernidade aplicados a uma arquitetura racional e bioclimática, respeitando a tecnologia do tempo. Entretanto, devido à atual grande necessidade de uso de equipamentos elétricos, como o ar-condicionado, estabeleceu-se o uso de elementos parasitários, como o entaipamento dos cobogós e a inserção de condensadores nas fachadas. Os espaços que antes eram projetados considerando questões de ventilação natural passaram a utilizar ventilação artificial.

Na fachada principal, o painel de mosaico sofreu desplacamento de parte das pequenas cerâmicas ao longo do tempo em virtude da ausência de manutenção adequada, desconstituindo parte do desenho. Isso também ocorre no piso com a substituição de materiais claramente diferentes, resultando visualmente em uma “colcha de retalhos”. Notase, ainda, a falta de um planejamento adequado para esse tipo de intervenção no patrimônio.

Considerações finais

As discussões patrimoniais sobre valor e significância das obras de diversos estilos e momentos da história representam um grande desafio, pois muitos especialistas da área discutem sobre a necessidade de preservar o antigo, mas abrem um campo de flexibilização para o diálogo sobre o novo, colocando em risco o acervo arquitetônico produzido nas últimas décadas, e uma das figuras afetadas é o conjunto da arquitetura moderna.

O patrimônio do século XX por vezes é considerado um atraso na cidade por "congelar" a dinâmica das cidades. Determinados agentes, como a academia e órgãos preservacionistas, são mais passíveis de reconhecer e deduzir valores a edifícios. Por se tratar de um bem recente, o objeto da arquitetura moderna pode sofrer mudanças de usos, acarretando descaracterizações e até mesmo demolições em massa.

O tempo de vida útil de um bem pode ser influenciado pela proteção legal. Quando esta é inexistente, a memória pode ser esquecida ou até mesmo apagada. Quantos edifícios construídos décadas atrás foram descaracterizados de tal modo a se tornar irreconhecíveis ou foram esquecidos e, consequentemente, não repassados para as novas gerações? Essas edificações são parte de um contexto socioeconômico, cultural, histórico, geográfico e político que não seria possível conhecer se não houvesse documentação.

O processo de documentar uma edificação é muito mais que apenas fazer levantamentos fotográficos e redesenhar digitalmente para a preservação do acervo. É também incentivar o resgate da memória e compreender o contexto que abrange determinado edifício, seu processo e suas soluções projetuais.

Compartilhar a documentação proporciona um exercício do resgate da memória coletiva e cultural e incentiva novas investigações que não buscam "congelar" as dinâmicas das cidades, mas preservar exemplares importantes da história local. Usos compatíveis e projetos assessorados por especialistas minimizam o processo de descaracterização formal e plástica.

Por fim, os resultados obtidos através do estudo dessas duas obras, bem como a listagem de outras produções, dão margem para a realização de novas pesquisas sobre o design urbano de Campina Grande, para o processo de construção da zona de qualificação repleta de áreas verdes e culturais, para soluções técnico-construtivas, entre outras temáticas baseadas nos dados preliminares obtidos nessa pesquisa.

Esse cenário proporciona espaço para o desenvolvimento da educação patrimonial e contribui para a formação de futuros arquitetos observando os critérios de modernidade, resgatando e reutilizando essas técnicas aplicadas à tecnologia e necessidades da contemporaneidade.

Referências

AFONSO, A. Notas sobre métodos para a pesquisa arquitetônica patrimonial. Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente, v. 4, n. 3, p. 54-70, 12 dez. 2019a. DOI: https://doi.org/10.21680/2448-296X.2019v4n3ID18778

_____. A produção arquitetônica moderna dos primeiros discípulos de uma Escola. In: Arquitextos, São Paulo, ano 09, n. 098.05, Vitruvius, jul. 2008. Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.098/128

_____. O processo de industrialização na década de 1960 e as transformações da paisagem urbana no bairro da Prata, em Campina Grande. R: Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo. "IX Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo, Barcelona-Bogotá, junho 2017". Barcelona: DUOT, 2017.

AFONSO, A.; MENESES, C. A Influência da escola do Recife na arquitetura de Campina Grande 1950-1970. Belo Horizonte: Anais do 4º Seminário Ibero americano de Arquitetura e Documentação. 2015.

ANDRADE, N. Patrimônio arquitetônico. In: CARVALHO, A e MENEGUELLO, C.(org). Dicionário temático de patrimônio. Debates contemporâneos. Campinas: UNICAMP, 2020. pp.39-42.

BRASIL. Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm Acesso em: 20 de jul. 2022.

Carta de Cracóvia (2000) in Cartas Patrimoniais. CURY, I (org.). Rio de Janeiro: IPHAN. 3ª. Edição. 2000.

CHOAY, F. A Alegoria do Patrimônio. 4ª. Ed. São Paulo: Estação Liberdade. UNESP. 2006.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996.

GASTÓN, C.; ROVIRA, T. El proyecto Moderno: Pautas de Investigación. Barcelona:

Ediciones UPC. 2007.

OLIVEIRA, I; AFONSO, A. Renato Azevedo: Levantamento Das Fontes Documentais Do Arquiteto E Sua Produção Na Cidade De Campina Grande – Pb. Fontes Documentais.

Universidade Federal de Campina Grande. 2019

KATINSKY, J. R. Pesquisa Acadêmica na FAUUSP. São Paulo: FAUUSP. 2005.

MAHFUZ, Edson. Reflexões sobre a construção da forma pertinente. In: Arquitextos, São Paulo, ano 04, n. 045.02, Vitruvius, fev. 2004 Disponível em: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.045/606.

MEIHY, José Carlos Sebe(org.). História oral: como fazer, como pensar. 2 ed. São Paulo:

Contexto, 2015.

MONTANER, J. As formas do século XX. Barcelona: Gustavo Gili. 2002.

OLIVEIRA, I. Dados biográficos de Renato Azevedo. In: AFONSO, A. (Org). Campina Grande Moderna, Campina Grande-PB. 2020. (no prelo)

_____. Entrevista realizada com o Sr. Enivaldo Ribeiro. Campina Grande: novembro de 2017.

OLIVEIRA, M. J. S. Do discurso dos planos ao plano de discurso: PDLI – Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Campina Grande, 1970- 1976. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

PEREIRA Jr. F. Ação cultural de edificações urbanas no programa trienal 1974/1976. Campina Grande, MAPE - Museu de Artes Plásticas da Universidade Regional do Nordeste, 1974.

PIÑON, H. El sentido de la arquitectura moderna. Barcelona: Ediciones UPC, 1997.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

Plano Diretor de Campina Grande, Lei Complementar nº 003, de 9 de outubro de 2006.

Prefeitura municipal de Campina Grande. 2006

QUEIROZ, M.; ROCHA, F. Caminhos da arquitetura moderna em Campina Grande: emergência, difusão e a produção dos anos 1950. 1° Seminário DOCOMOMO NorteNordeste, Recife, 2006.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ROVIRA, Teresa (org). Documentos de Arquitectura Moderna en América Latina.19501965. Primera recopilación. Barcelona: ICCI/ UPC. 2004.

SEGAWA, H. Arquiteturas no Brasil 1900-1990. São Paulo: EDUSP, 2002.

SERRA, Geraldo. Pesquisa em arquitetura e urbanismo. Guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação. São Paulo: EDUSP. 2006.